



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

### PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra De Souza<sup>1</sup>  
Marco Antonio Da Silva Santos<sup>2</sup>  
Luana Fernandes Pereira<sup>3</sup>  
Angela Carvalho De Almeida Coelho<sup>4</sup>

**Resumo:** O projeto ético-político e a formação profissional em Serviço Social vincula-se a um projeto societário privilegiando a centralidade das determinações de classe, gênero e raça/etnia, propondo construir uma nova ordem social, em favor da equidade. Este trabalho expõe a importância da presença do debate de gênero e do racismo, nas graduações em Serviço Social das Universidades públicas brasileiras.

**Palavras chaves:** Projeto ético-político; Formação profissional; Serviço Social; Gênero; Racismo.

**Abstract:** The ethical-political project and professional training in Social Work is linked to a societal project that privileges the centrality of class determinants, gender and race / ethnicity, the propensity for a new social order, in favor of equity. This paper exposes the importance of the presence of the gender debate and of racism in the graduations in Social Service of Brazilian public universities.

**Keywords:** Ethical-political design; Professional qualification; Social Work; Gender; Racism.

A discussão sobre a formação profissional em Serviço Social se pauta na “questão social” enquanto eixo fundamental para a compreensão da profissão, questão essa que se revela por meio de suas “refrações”, sobre as quais o assistente social, a partir de uma prática pensada e refletida, realiza intervenções apoiadas em políticas sociais, cuja finalidade é oferecer respostas às expressões multifacetadas e complexas da “questão social” no capitalismo.

Quando se fala em “questão social” não se está falando apenas em suas determinações econômicas, pois as mudanças na esfera da produção operam refrações nos mecanismos de reprodução social, âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social. Produção e reprodução constituem faces de um mesmo sistema produtivo, uma vez que

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: vsouza76@gmail.com

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: vsouza76@gmail.com

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: vsouza76@gmail.com

<sup>4</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: vsouza76@gmail.com

todo modo de produção não pode prescindir da produção de meios de subsistência nem da reprodução de seres humanos. Os processos de produção e reprodução imbricam-se mutuamente e são definidos com base no caráter contraditório das relações de gênero, de “raça” e entre as classes sociais.

Esse caráter contraditório é encontrado tanto na produção quanto na reprodução da vida social, de modo que as relações de gênero, de “raça” e de classe se permeiam, dando forma a uma divisão do trabalho, social, racial e sexualmente determinada, tanto no âmbito da produção quanto no da reprodução. A subordinação das mulheres aos homens é um dos elementos fundantes dessa divisão social e sexual do trabalho, já que elas, em sua grande maioria, têm sido preferencialmente designadas à esfera da reprodução, enquanto os homens, na maioria dos casos, à esfera da produção. Isso não significa, no entanto, que homens e mulheres sejam exclusivos de uma ou de outra esfera, mas sim que existe uma tendência a se alocar os homens no âmbito produtivo e as mulheres, no reprodutivo, operando-se, assim, uma “hierarquização” desses espaços. Sendo o fenômeno da reprodução, de modo geral, uma esfera socialmente designada à mulher — cabendo ao homem a esfera da produção —, pode-se constatar uma tendência a subordinar-se à reprodução à produção.

No que se refere às profissões, tal lógica é amplamente presente. Há, portanto, profissões ditas masculinas e femininas, que se sustentam na divisão social e sexual do trabalho, assim como há profissões que têm mais ou menos visibilidade social, que também se assentam nessas mesmas divisões. Profissões “masculinas e femininas” concorrem entre si, reproduzindo as desigualdades sociais, dado que a tendência de subordinação da mulher ao homem leva à tendência correspondente de se subordinar as profissões “femininas às masculinas”.

#### O conceito de gênero, segundo Araújo:

surgiu da necessidade de compreender como a subordinação é reproduzida, e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas. (Araújo, 2000, p.68)

Almeida (1997), por sua vez, sustenta a importância de não considerar o gênero como um campo específico de estudos e sim como uma categoria que potencializa a apreensão da complexidade das relações sociais, isso porque a autora considera que as relações de gênero, apresentam-se como um dos fundamentos da organização da vida social.

Sendo assim, sua utilização torna-se imprescindível e apenas possível, através da análise de determinados processos políticos, econômicos e culturais, não sendo, portanto, utilizável em análises abstratas das relações entre os sujeitos sociais. A importância para a compreensão das relações sociais de gênero reside, principalmente, na sua abordagem a respeito da política, conclui-se que a violência de gênero tem por objetivo preservar a organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalterniza o gênero feminino.

Ao reconhecermos que as desigualdades de gênero são milenares e que o espaço mais resistente às mudanças destas relações é o espaço da política, podemos concluir que a estratégia de transformação de tais relações deve ser, como nos aponta Gramsci, o investimento na organização e desenvolvimento da consciência política de mulheres e homens, em torno desta questão.

O Serviço Social está inserido em um quadro social e sexualmente determinado, sua institucionalização acontecendo no interior dessa lógica, que rege a sociedade e que define a sua natureza no que se refere à profissão. Atuando no campo da reprodução das relações sociais, o Serviço Social é considerado uma profissão subalterna — uma profissão feminina —, e, com isso, não se está dizendo que a subalternização da profissão tenha como determinantes apenas as relações de gênero<sup>5</sup>. No entanto, não se pode negar que o gênero e a divisão sexual do trabalho tenham uma contribuição essencial na definição dessa característica.

O fato de estar presente na reprodução e de demandar atributos femininos imprime ao Serviço Social seu caráter feminino e subalterno, já que ele apresenta traços que, sob uma determinada ótica, podem ser considerados femininos, haja vista a característica peculiar de as mulheres procurarem cuidar dos agentes sociais com os quais interagem.

O que se deve ressaltar é que os resultados da ação do assistente social, enquanto sujeito de determinados processos de trabalho, passam necessariamente pelo universo de valores incorporados à trajetória da sua socialização, o que significa que o seu trabalho tem implicações subjetivas e que essa subjetividade tem implicações sobre o seu trabalho. Ou seja, a intervenção profissional está permeada pelos valores dos sujeitos individuais que se encontram na condição de profissionais e isso exige da formação profissional não apenas

---

<sup>5</sup> De acordo com Iamamoto (1983), "a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção [...]. A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas também os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social [...]". A reprodução das relações sociais, portanto, "é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida". (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 72).

uma dimensão informativa, mas também uma dimensão efetivamente “formativa”, que consiga sucesso na difícil tarefa de fazer com que tais valores passem por um processo de transformação<sup>6</sup>.

No que tange à questão do racismo, Munanga (2003) sustenta que este seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo essas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

O racismo seria a crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas; (...) é a tendência que consiste em considerar que características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Contudo, de acordo com o autor, desde o início do século XX, graças aos progressos das pesquisas em genética humana, a raça não é uma realidade biológica, sendo um conceito cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana, ou dito de outro modo, biológica e cientificamente, a raça entre os humanos não existe. Diante disso, Munanga (2003) afirma que raça, para classificar os seres humanos, seria um termo étnico-semântico, político-ideológico e não biológico. Raça seria, portanto, uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e exploração.

Considerando a formação social e histórica do Brasil, sobretudo a partir da utilização do trabalho escravo e da exploração de suas riquezas em sua fase de colonização, é inegável a presença de práticas racistas, presentes até os dias atuais. Santos (2015) afirma que duas estratégias foram utilizadas pela elite brasileira e que tornou a questão do racismo algo estruturante em nossa sociedade: a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial.

A primeira foi concretizada no pós-abolição, com o investimento na imigração de trabalhadores europeus, em detrimento da utilização da mão de obra negra recém liberta. A partir dos anos de 1930, passamos a ser considerados uma nação divinamente mestiça, o que deu origem ao chamado mito da democracia racial<sup>7</sup>. Mito posto que se constituiu

---

<sup>6</sup> Não é possível, por exemplo, que o profissional que vá atuar junto a mulheres vítimas de violência doméstica entenda que “se a mulher apanhou é porque alguma coisa ela fez para merecer”. Seria impraticável uma boa intervenção profissional junto à população de rua por parte de um profissional que acredita que “os moradores de rua estão nas ruas porque querem”. O trabalho profissional junto a portadores de HIV seria completamente ineficaz se o profissional acreditasse que “a Aids se pega com um aperto de mãos”. Como poderia um assistente social trabalhar em comunidades carentes se possuísse “aversão à miséria”? Estas situações, que infelizmente não são tão fictícias como gostaríamos que fossem, só podem ser evitadas com um processo de formação que contemple uma mudança nos valores que nossa sociedade ainda preconceituosa, injusta e desigual veicula maciçamente.

<sup>7</sup> Schwarcz (2007) destaca que a obra fundamental que inaugura e dissemina a ideia da suposta democracia racial é o livro de Gilberto Freyre intitulado: *Casa-grande & senzala* cuja primeira edição data de 1933. No livro, Freyre oferecia um novo modelo

enquanto representação retórica, já que a população negra continuou à margem de qualquer iniciativa estatal no sentido de lhes garantir acesso ao trabalho ao lazer, à educação e à infraestrutura básica.

Segundo Santos (2015), respaldada por uma visão eurocêntrica e monoculturalista, baseada numa suposta democracia racial e alicerçada numa aparente competição democrática, a reprodução da ideologia dominante no Brasil tem como consequência o impedimento da formação da identidade coletiva e da mobilização do segmento negro, o que resultou em barreiras para a organização e luta contra as condições de desigualdade racial.

Se considerarmos a definição de Questão Social de Netto (1989) como o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca o surgimento da classe trabalhadora como sujeito sócio-político no marco da sociedade capitalista, e se considerarmos a particularidade histórica do Brasil enquanto país que foi colonizado e é periférico na cena do capitalismo internacional, a importância do debate do racismo para a compreensão de nossa história se faz indispensável.

A Questão Social, sendo base de fundamentação e justificativa da existência do Serviço Social, deve, portanto, ter como horizonte, sobretudo no âmbito da formação profissional, o investimento em pesquisa acerca da questão racial e do gênero no Brasil no sentido de contribuir para a superação do racismo e do machismo.

O oitavo princípio do código de ética do assistente social afirma a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, o que demonstra o reconhecimento da importância do debate para a formação profissional.

Contudo, o debate étnico-racial e de gênero ainda não estão sendo considerados como obrigatórios para a grande maioria das Unidades Acadêmicas de Serviço Social em nível nacional. Consideramos que tais debates na formação profissional de Serviço Social se fazem imprescindíveis no sentido de contribuir para a qualidade da formação profissional, consoante com o projeto ético político profissional comprometido com a emancipação humana.

---

para a sociedade multirracial brasileira fazendo da mestiçagem uma questão de ordem geral. Sendo assim, era o cruzamento das raças que passava a singularizar a nação, levando a entender que essa miscigenação seria sinônimo de tolerância.

## Considerações Finais

A Questão Social é a base de fundamentação e justificativa da existência do Serviço Social e Netto (1989) a define como o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca o surgimento da classe trabalhadora como sujeito sócio-político no marco da sociedade capitalista. A estrutura básica do projeto ético-político do Serviço Social tem o reconhecimento da “liberdade” — concebida historicamente como a possibilidade de escolher entre alternativas concretas — como valor central, o que o leva a assumir comprometer-se com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Fica nítida a vinculação do projeto ético-político do Serviço Social a um determinado projeto societário que privilegia a incidência e a centralidade das determinações de classe, de gênero e raça/etnia, que se propõe à construção de uma nova ordem social, à defesa intransigente dos direitos humanos e à recusa do arbítrio e dos preconceitos.

Tais propostas imprimem a esse projeto uma clara dimensão política, que se concretiza no posicionamento em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos projetos, programas e políticas sociais, na ampliação e na consolidação da cidadania, e na defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Compõe ainda esse projeto o compromisso com a “competência” profissional, que deve ter como base o aprimoramento intelectual, isso demandando uma formação acadêmica qualificada, que tenha por base concepções teórico-metodológicas sólidas e críticas que viabilizem uma análise concreta da realidade social.

Compreendemos o gênero como uma categoria que designa o conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre mulheres e homens, mulheres e mulheres e homens e homens. Racismo, por sua vez, seria, de acordo com Munanga (2003) uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo essas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Tanto gênero quanto a questão racial são, portanto, dimensões constituintes da realidade social, ou, mais precisamente, da Questão Social. Compreender tais dimensões da realidade é indispensável para uma formação profissional competente. Se considerarmos

a particularidade histórica do Brasil enquanto país que foi colonizado e é periférico na cena do capitalismo internacional, a importância do debate do racismo para a compreensão de nossa história se faz indispensável.

Deve-se, portanto, ter como horizonte, sobretudo no âmbito da formação profissional, o investimento em pesquisa acerca da questão racial no Brasil no sentido de contribuir para a superação do racismo. O presente trabalho objetivou, portanto, destacar a importância do debate das relações patriarcais de gênero e do racismo, o que do nosso ponto de vista representa questão *sine qua non* para uma formação crítica, competente e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS)/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL (CEDEPSS). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.

\_\_\_\_\_. Proposta básica para o projeto de formação profissional: documento ABESS/CEDEPSS. In: Serviço Social e sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996 a.

ALMEIDA, Sueli Souza de. Violência de gênero: público X privado. (Cap.5). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: Revista Crítica Marxista, n. 10, São Paulo: Boitempo, 2000.

BEZERRA, V. E VELOSO, R. GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS A UMA ABORDAGEM CRÍTICA. SÃO PAULO: SARAIVA, 2015

CASTRO, M. G. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. In: Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética Profissional do Assistente Social. In: BONETTI et al. Serviço Social e ética. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

FERNANDES, F. O Negro no mundo dos Brancos. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1979.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. São Paulo: 2003. (Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB)

SANTOS, R.E. O Marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. São Luiz do Maranhão: EDUFMA, 2015

VELOSO, R. Serviço Social: profissão feminina? — A condição masculina na formação profissional. Trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. Notas introdutórias sobre o debate das relações de gênero. In: Revista Universidade e Sociedade. São Paulo: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2003.

\_\_\_\_\_. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.